



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Central Metropolitana - SUPRAM CM

PARECER ÚNICO 046/2009 SUPRAM CM PROTOCOLO SIAM Nº 122479/2009
Indexado ao(s) Processo(s)

Licenciamento Ambiental 90028/2007/001/2007	Licença de Operação Corretiva
---	----------------------------------

Empreendimento: Projeto de Assentamento Vinte e Seis de Outubro	
Empreendedor: Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA	
CNPJ: 000.375.972/0008-37	Município: Pompeu

Unidade de Conservação: não
Bacia Hidrográfica: Rio São Francisco/ Sub Bacia Rio Paraopeba

Atividades objeto do licenciamento:

Código	DN	Descrição	Classe
074/2004 e 103/2006			
G -05-03-7		Projeto de Assentamento para Fins de Reforma Agrária	03

Medidas mitigadoras: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Medidas compensatórias: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Automonitoramento: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

Responsável Técnico pelo empreendimento: Fundação Arthur Bernardes (FUNABRE)	Registro de classe
---	--------------------

Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 04130/2008 SUPRAM CM	DATA: 19/03/2008
---	------------------

Data: 01/04/2009

Equipe Interdisciplinar:	MASP	Assinatura
Frederico Rache Pereira	1.146.831-1	
Gladson de Oliveira	1.149.306-1	
Gustavo de Araújo Soares	1.153.428-6	
Janaina de Oliveira Lima	1.152.251-3	
Maria de Fátima Melo Maia	1.043.861-2	
De acordo, José Flávio Mayrink Pereira. Superintendente SUPRAM CENTRAL.	1.110.669-7	



1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste parecer é oferecer subsídios para o julgamento do processo de Licenciamento de Operação Corretiva referente ao projeto de assentamento “Vinte e Seis de Outubro” (PA 26 de outubro), localizado na antiga fazenda Olhos D’água, desapropriada em 25 de janeiro de 1999.

A Resolução CONAMA n°289 de 2001 e as Deliberações Normativas COPAM n°44/2000 e n°88/2005 dispõem sobre assentamentos de reforma agrária e sua regularização ambiental.

O processo foi formalizado em outubro de 2007. Os estudos apresentados foram elaborados entre os anos de 2005 e 2006, pela equipe técnica da Fundação Arthur Bernardes (FUNABRE), vinculada à Universidade Federal de Viçosa - UFV. Diferente das outras tipologias e atividades, os estudos para o Licenciamento Corretivo de projetos de assentamento são intitulados como Diagnóstico Ambiental da Área (DAA) e Projeto Final de Assentamento (PFA).

O PA 26 DE OUTUBRO foi vistoriado pelos técnicos da SUPRAM CM nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2008 e 06 de março de 2008. Foram solicitadas Informações Complementares, pelo Ofício n°379/2008 SUPRAM CM, as quais foram respondidas em 09 de outubro de 2008.

O assentamento é dividido em 159 parcelas, sendo quatro reservas, oito áreas comunitárias e 147 lotes destinados à exploração agropecuária, conforme figura 1.

A população é de aproximadamente 564 pessoas. As famílias estão representadas por três associações; ASTRAP (Associação dos Produtores Rurais de Alimentos e Leite da Fazenda Olhos D’água), Associação 26 de Outubro e Associação G-7.

A fazenda ocupa área total de 5.287,7ha, distribuída conforme tabela 1.

Tabela 1. Distribuição das áreas do projeto de assentamento

Uso	Área ocupada (ha)
Lotes com assentados (147)	3.866,12
Áreas comunitárias	187,74
Reserva Legal (21,18% da área total)	1119,55
Áreas de Preservação Permanente (APP)	*180,8
Estradas, represas e outros	118,3042
Total	5.287,7

* essas áreas estão distribuídas, na maior parte, dentro dos lotes com assentados.



O assentamento possui dois poços tubulares outorgados, porém sem reservatórios e rede de distribuição implantada. Alguns poucos moradores mais próximos dos poços os utilizam. Os demais fazem captações em cisternas, carneiros hidráulicos, rodas d'água e derivações de canal. Estes usos não estão regularizados, seja via outorga, cadastro de uso insignificante ou o prévio registro na Campanha de Regularização de Uso de Recursos Hídricos.

Não existe sistema de captação de esgotos. O INCRA ainda não realizou a construção de tanques sépticos, sumidouros e rede de esgoto, conforme detalhado na página 86 do projeto final e que é classificado como PRIORIDADE ALTA (página 88) pelo próprio INCRA. Em ofício de informações complementares foi afirmado que a demora deve-se ao processo licitatório.

Não existe sistema regular de coleta ou de disposição do lixo doméstico. A maioria dos moradores apenas joga o lixo em uma vala e o queima, outros simplesmente lançam os resíduos sólidos nos quintais.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1 Atividades desenvolvidas

São desenvolvidas as atividades de bovinocultura de leite sobre pastagens, agricultura de subsistência com venda do excedente (em mercado local ou CEASA), principalmente milho e mandioca, cultivo de frutíferas, outros grãos e raízes, criações de suínos e galinhas e cultivo de eucalipto.

A bovinocultura de leite é a principal atividade, sendo o leite o principal produto com fins comerciais. O rebanho total é superior a 2.000 cabeças entre matrizes, novilhas e bezerros, com volume de 7.150 litros/dia aproximadamente. A produção é bastante variada, de 15 a 350 litros/dia entre assentados. A alimentação dos bovinos é baseada em pastagens, complementadas com rações (alguns casos produzidas na própria fazenda), cana-de-açúcar e silagem. O leite ordenhado é resfriado em quatro tanques coletivos, que estão divididos entre as associações ASTRAP (comprador Itambé) e a 26 de outubro (comprador Cotoches). Para isso, os assentados transportam o leite em latões, com auxílio de carroças, de seus lotes até esses pontos.

A bovinocultura de leite sob pastagens foi incentivada pelo INCRA devido ao histórico da fazenda, que, antes de ser desapropriada, estava ocupada em sua maior parte por pastagens. A aptidão dos solos é propícia para esta atividade. O estado de conservação das pastagens é bastante variado.

Várias famílias possuem hortas domiciliares, compostas principalmente por couve, cebola, abóbora, alho, chuchu, quiabo e pimenta. Os assentados apresentam dificuldades em desenvolver cultivo de culturas anuais, devido ao alto custo de produção, muito pelas necessidades de correções e adubações de solos. Os principais cultivos são milho e mandioca.

Existem projetos para irrigação que ainda não foram concretizados devido à falta de recursos financeiros. Existem dois projetos para construção de casa de farinha de mandioca, porém dependem de fatores externos e não foram iniciados.



A área ocupada com eucalipto é de 90ha, dividida em 3 talhões. A produção é destinada à exploração coletiva dos assentados.

Além dos pomares individuais, existe um pomar coletivo composto basicamente pelo cultivo da manga, numa área de 3,0ha. A comercialização desse produto foi suspensa pela dificuldade de gestão das receitas obtidas, sendo, atualmente, a produção é destinada ao consumo interno.

Credito

Foram disponibilizados créditos pelo Pronaf A e Pronaf A/C e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para os assentados.

Assistência técnica

Na ocasião da vistoria, os entrevistados não contavam com assistência técnica. Atualmente, segundo informações complementares, o INCRA celebrou convênio com a EMATER com essa finalidade.

O DAA descreve um pouco sobre a assistência técnica. É comentado que o assentamento conta com serviço de Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES, prestada pelo Instituto Semente Social. Já houve assistência pela Ceres Biotecnologia e por técnico autônomo da região. Nem todos assentados utilizam desses recursos, seja por falta de informação, desinteresse ou falta de familiarização com tais práticas.

A assistência técnica é fundamental, não só para o sucesso social e econômico, mas para a qualidade ambiental, foco deste licenciamento. Este serviço influencia diretamente no manejo das pastagens, qualidade e exposição dos solos a erosões, pressão animal sobre Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal, principalmente pela falta de alimentação na época das secas, uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, boas práticas de compostagens, etc.

2.2 Aspectos do meio físico

Geologia, Geomorfologia e Pedologia

A geologia da área do Assentamento classificada no Grupo Bambuí - Subgrupo Paraopeba - Formação Sete Lagoas é composta por ardósias, metassiltitos e calcários. A área onde está inserido o PA 26 de Outubro é composta basicamente por coberturas detrito-lateríticas depositadas sobre superfícies de aplainamento terciário-quadernárias, que constituem a maior parte da área em estudo.

O relevo regional constitui-se, basicamente, de extensos planaltos com capeamento sedimentar e amplas depressões dispostas na direção dos principais rios da região. Na área do PA 26 de Outubro é encontrada uma superfície aplainada, recortada por drenagens não muito profundas. Esta consiste de uma superfície de aplainamento pleistocênica formando áreas de planalto, com depósitos de cobertura de textura variável, forma suave ondulado abrangendo 75% da área com declividades entre 3 e 8 %, rede de drenagem constituída por veredas e vales pouco aprofundados. Esta ocorre em cotas altimétricas que variam de 600 a 750 metros. Observa-se também na fazenda relevo plano em 15% da área e ondulado em 10%.



A pedologia indica o predomínio de solos com horizonte B latossólico, distrófico, de textura argilosa, de cores vermelha e vermelho-amarela, associados às chapadas com relevo plano e suave ondulado. Além dos latossolos, ocorrem Cambissolos Háplicos, Plintossolos Háplicos e Gleissolos Háplicos.

Os solos menos desenvolvidos (Cambissolos) estão diretamente relacionados às ardósias, que em alguns locais chegam próximos à superfície. Já os solos considerados mais desenvolvidos estão correlacionados a sedimentos mais recentes, Terciário/Quaternários e correspondem a maior parte do Assentamento.

A aptidão agrícola das terras do PA 26 de Outubro é 2(b)c em uma área de 4.850 ha que corresponde a 92% do assentamento e às áreas de ocorrência de latossolos. São terras pertencentes à classe de aptidão Regular para lavouras, no nível de manejo C, a classe de aptidão Restrita no nível de manejo B e a classe de aptidão Inapta no nível de manejo A.

Clima

As Normais Climatológicas do INMET entre 1961/1990 indicam precipitação média anual de 1230,3mm, média das mínimas 12,2mm em junho e das máximas 267,2mm em janeiro. Quanto à deficiência hídrica, os índices anuais atingem valores próximos a 161 mm em Pompéu. O período mais crítico vai de junho a setembro.

São encontradas na região duas tipologias climáticas, de acordo com a classificação de Köppen:

Cwa - clima temperado brando, com verão quente (temperatura média do mês mais quente superior a 22º C) e inverno brando (temperatura média do mês mais frio inferior a 18º C); a estação seca corresponde ao inverno. É o tipo climático característico da faixa central da região em estudo, correspondendo aproximadamente às latitudes entre 19 e 20º.

Aw - clima tropical chuvoso, quente e úmido, com inverno seco e verão chuvoso. A temperatura média do mês mais frio é sempre superior a 18º C. Este tipo climático ocorre nas latitudes mais baixas da bacia do Paraopeba, entre 18º e 19º, nas proximidades da represa de Três Marias.

Recursos Hídricos

O PA 26 de Outubro tem uma expressiva rede hidrográfica tributária da bacia do rio Paraopeba, formada pelos cursos d'água: ribeirão Pedro Moreira, córrego Olhos D'água, córrego Grotão do Lobo, córrego Novilha Brava, córrego Pau Doce, córrego Cirola, córrego Capão da Roça e córrego Floresta. A maioria desses cursos d'água são perenes, o que dá ao Assentamento uma razoável segurança em termos de oferta de recursos hídricos ao longo de todo o ano. Existem ainda 14 (quatorze) represas (barragens) de terra nos córregos que drenam a área do assentamento.

Existem dois poços tubulares, outorgados pelas Portarias IGAM n° 120/2005 e 121/2005 (válida por 20 anos), que somadas as vazões, proporcionam volume de 288m³ de água/dia. Conforme informações no DAA, na época de maior demanda, o consumo máximo estimado é de 313m³ de água/dia para atender à necessidade de uso doméstico de todos os lotes, incluindo dessedentação animal. Porém, o sistema de distribuição da água dos poços para os lotes até o momento não foi instalado. Em resposta às informações complementares, o INCRA informa que a obra da rede de distribuição depende de licitação e por isso ainda não foi feita.



Verifica-se, atualmente, que o abastecimento de água é feito em captações individuais por família e em algumas poucas situações a captação é coletiva (para 10 a 12 lotes). Essas captações são por meio de cisternas, rodas d'águas, motos-bomba ou carneiros hidráulicos que não estão regularizadas junto ao IGAM/CERH. É provável que a maioria das captações seja passível de serem regularizadas por Cadastro de Uso Insignificante. De acordo com as informações complementares, será feita licitação para regularização das outorgas necessárias e a EMATER será instruída para iniciar trabalho para fazer os cadastramentos dos usos insignificantes.

É necessário que o INCRA defina qual será a forma de uso de água e despenda seus esforços para fazer o uso de maneira regularizada junto ao IGAM.

2.3 Aspectos do Meio Biótico

Grandes impactos sobre o meio biótico ocorreram durante a ocupação da área pelos antigos proprietários, quando ocorreram intensos desmates para implantações de pastagens.

Fauna

O estudo da fauna apresentado no DAA foi baseado, principalmente, em levantamentos das espécies de mamíferos, aves e peixes presentes na área do empreendimento.

Para a realização do levantamento faunístico pela equipa técnica responsável, a área em questão foi percorrida em 02 dias (23 e 24 de fevereiro de 2005), com o auxílio de um automóvel. Os pontos considerados em melhor estado de conservação e próximos a cursos d'água, incluindo a Reserva Legal e APP, foram tidos como prioritários. Estas áreas foram visitadas e percorridas por trilhas já existentes, seguindo orientação de moradores do local. Alguns assentados do PA 26 de outubro que conheciam bem e há bastante tempo a área, foram entrevistados a respeito da fauna local e de seus principais problemas ambientais. O trabalho concentrou-se no período diurno e a metodologia de identificação de espécies foi baseada em contatos visuais, auditivos e vestígios (ninhos, pegadas, tocas, etc) encontrados durante o período da coleta dos dados. Em relação à ictiofauna, as represas formadas pelos córregos Pedro Moreira e Olhos D'água foram amostradas com duas redes de espera (15 mm e 30 mm entre nós adjacentes) e através uso de peneiras de malha fina em suas margens. O relato da ictiofauna foi ainda completado por observação direta na coluna d'água e entrevistas com moradores da região. As entrevistas foram auxiliadas por guias de campo da Bacia do Rio São Francisco e fotos de peixes de possível ocorrência na região. Dados sobre as condições de pesca foram obtidos com moradores do Assentamento para a elaboração de propostas de conservação e uso do recurso pesqueiro.

Segundo os resultados apresentados, foram amostradas 22 espécies de mamíferos, 119 espécies de aves e 14 espécies de peixes (típicas da bacia do Rio São Francisco). De acordo como Auto de Fiscalização Nº F-04130/2008, de 19 de março de 2008, alguns assentados relataram, ainda, a presença de Ema e Jacaré, não amostrados no levantamento faunístico do referido DAA. Não houve registros diretos de anfíbios, devido, provavelmente, à concentração dos esforços durante o dia, mas a abundância de recursos hídricos é um indício de que a anurofauna possa ser diversa. Com relação aos répteis, o estudo apontou, através de relatos de moradores, a presença de cascavel, jaraca e jibóia.



A alta diversidade de espécies amostradas na área do empreendimento pode ser explicada, parcialmente, pelo tamanho do empreendimento e pela situação ainda favorável de suas áreas protegidas. Essa alta diversidade descrita deve ser considerada como um fator importante na análise deste processo de licenciamento. Medidas de conservação de habitats e de educação ambiental dos assentados voltadas à conscientização da preservação dos elementos da fauna deverão ser analisadas como fatores primordiais à manutenção da biodiversidade e conservação das espécies.

Destaca-se, no levantamento apresentado no diagnóstico ambiental do meio biótico, a citação de espécies como *Leopardus pardalis* (Jaguatirica) e *Puma concolor* (Onça-parda), por estarem enquadradas na categoria “Vulnerável”, segundo as Listas Estadual e Federal de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (Deliberação Copam nº 366, de 15 de dezembro de 2008 e Instrução Normativa MMA nº 03, de 26 de maio de 2003). Além dessas, o resultado do levantamento apresentado ainda aponta a presença de indivíduos não identificados a nível específico, cujos gêneros possuem espécies enquadradas em algumas das classes de ameaça de extinção, segundo essas mesmas listas, como *Dasyprocta* sp, *Penelope* sp, *Trichomycterus* sp e *Bothrops* sp.

Ressalta-se que a equipe responsável pela elaboração do DAA classificou algumas espécies da fauna com o status de “Risco Local”. No entanto, as listas oficiais utilizadas não apresentam essa classificação, nem o empreendedor apresentou claramente os critérios utilizados nesse enquadramento de espécies, mesmo após a solicitação de esclarecimentos como informação complementar. Sendo assim, essa classificação apresentada será desconsiderada nessa análise.

Um aspecto importante a ser analisado é o relato a respeito de morcegos que estariam atacando as criações domésticas, o que as tornariam susceptíveis a contraírem o vírus da raiva. Dessa forma, será condicionado ao empreendedor a adoção das medidas profiláticas, necessárias à manutenção da saúde do rebanho dos assentados.

Segundo moradores da região, o hábito pesqueiro não é comum entre os assentados, sendo a maior concentração da pesca próximo ao rio Paraopeba. Pelas informações contidas no DAA, a pesca de subsistência não representa grande ameaça à ictiofauna, mas moradores ribeirinhos às lagoas relataram a presença de pescadores, vindos de fora do Assentamento, munidos de redes.

Levando-se em conta a publicação da Fundação Biodiversitas: “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”, instrumento legalmente instituído como subsídio técnico nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos, através da Deliberação Normativa COPAM nº 55, de 13 de junho de 2002, as coordenadas geográficas coletadas no campo como um pontos de intervenção do empreendimento não se encontram dentro de Áreas Prioritárias para Conservação da Fauna de Minas Gerais. Em consulta ao Sistema Integrado de Informações Ambientais do Estado de Minas Gerais - SIAM-, o local onde o empreendimento está instalado não se encontra dentro, nem inserido em área de entorno de Unidade de Conservação.

Flora

A área do PA 26 DE OUTUBRO está inserida no bioma Cerrado, com destaque para presença de Cerrado *Stricto Sensu*.

Pela pressão sofrida ao longo de anos, principalmente na época dos antigos proprietários, que implantaram pastagens, com gramíneas exóticas, em grande parte desta propriedade,



a vegetação de Cerrado ficou descaracterizada e resumida a algumas partes. Grandes quantidades dessas áreas remanescentes estão demarcadas como Reserva Legal deste empreendimento ou são verificadas em APP.

Em algumas partes deste empreendimento observam-se áreas de veredas, com suas características vegetativas específicas.

Reserva Legal

A Reserva Legal está demarcada e reconhecida, sob forma de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (de acordo com parágrafo 4, do artigo 18, do Decreto Estadual 43.710/2004), com área total de 1.119,90ha (21,18% da área total do PA 26 DE OUTUBRO), dividida em quatro glebas, com áreas de 68,29ha (RL1), 98,60ha (RL2), 927,36ha (RL3) e 25,64ha (RL4). A maior parte da reserva Legal apresenta-se com boa cobertura vegetal e bom estado de conservação.

A RL3, que é a maior gleba (927,36ha), está ocupada com vegetação típica de Cerrado *Stricto Sensu*.

A RL1 apresenta-se, na maior parte, com vegetação predominante de angico *Piptadenia sp*, alguma parte com herbáceas associadas com braquiaria (*Brachiaria spp*), além de partes com vegetação nativa diversificada. Durante vistoria, foram verificados bovinos em pastejo.

A RL2 apresenta-se bem coberta de vegetação nativa, associada, aleatoriamente, com eucaliptos (*Eucalyptus spp*) de grande porte e idade avançada.

A RL4 apresenta, em parte, vegetação nativa diversificada e em outras um predomínio de taboa (*Typha domingensis*), originária da América do Sul, caracterizando áreas alagadiças. Essas áreas podem ser caracterizadas como APP e, portanto, não seriam incluídas no somatório de Reserva Legal. A Reserva Legal corresponde a 21,18% da área total da propriedade, e caso fosse retirada a RL4 (25,64ha), ainda assim seria respeitada a porcentagem mínima exigida por lei, pois a área de RL remanescente seria reduzida para 20,69%. Ressaltamos que, da mesma forma, esta área deverá ser conservada e protegida quanto à integridade da fauna e da flora.

Áreas de Preservação Permanente (APP)

As APP's da propriedade são constituídas de vegetação ciliar de cursos d'água e áreas de vereda. Algumas partes possuem vegetação nativa e estão bem conservadas. Outras estão ocupadas com pastagens com braquiarias (*Brachiaria spp*) e outros cultivos agrícolas.

Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA)

Atualmente não há processo para supressão de vegetação ou intervenção em APP ou qualquer solicitação para autorização ambiental, conforme Portaria IEF 02/2009.



Nos estudos de DAA e conforme vistoria, estava ocorrendo desmatamentos e produção de carvão. Os desmatamentos foram autorizados pelo IEF de Pompéu, Processo 4107/2007 - APEF 17013 A.

2.4 Aspectos do meio antrópico

A maior parte da população assentada do PA 26 de outubro é proveniente do município de Pompéu ou outros municípios mineiros como Papagaios, Ipatinga, Betim, Governador Valadares, Curvelo, Abaeté entre outros. A maioria das famílias possui tradição com trabalho no campo, seja na agricultura ou na pecuária.

A população residente no assentamento é de 564 pessoas, havendo um ligeiro predomínio de mulheres. Neste sentido as mulheres representam 50,19% do total de pessoas residentes no PA 26 de outubro contra 49,81% de homens. Apesar de existir um grande número de crianças no assentamento (cerca de 90), que corresponde a 16,15% do total, a população residente no PA é predominantemente adulta, uma vez que 60,15% possuem mais de 29 anos de idade. O grande número de adolescentes e jovens com menos de 30 anos implica na existência de uma grande contingente de pessoas que tendem a migrar para as cidades em busca de melhores condições de estudo e trabalho. O expressivo percentual de pessoas na faixa etária entre 32 a 39 anos indica um grande potencial de formação de novas famílias ou demanda forma mais racionais e organizadas de utilização de lote familiar para incorporação dos filhos casados e suas respectivas famílias no processo produtivo. O percentual de idosos entre a população residente no assentamento é relativamente baixo, apenas 7,41% possuem mais de 60 anos, cerca de 39 pessoas. Segundo as informações levantadas pelo estudo ambiental 23 pessoas residentes no assentamento recebem algum tipo de aposentadoria ou benefício previdenciário.

Moradia e Saneamento

De acordo com o estudo ambiental as moradias do PA foram construídas no padrão do INCRA, mas a grande maioria dos assentados fazem adaptações para melhorar a disposições dos cômodos e, ou ampliar as residências. O acabamento das residências é bastante diferenciado, existindo casa somente entijoladas sem reboco externo e interno, porem a grande maioria se encontra rebocada e algumas até com pintura. A maioria dos assentados mora e trabalha nos seus lotes, o que caracteriza uma ocupação efetiva das áreas. Na maior parte dos casos, as casas são dotadas de sistema de distribuição de água atendendo a cozinha, o banheiro e o tanque, instalado na área externa. Não existe captação de esgotos e de águas servidas. Apesar de a grande maioria possuir instalações sanitárias, nenhuma residência no Assentamento possui fossa séptica; todas possuem apenas fossas negras, o que compromete ambientalmente no entorno das moradias e a qualidade do lençol freático no PA.

No PA 26 de Outubro não existe sistema regular de coleta ou de disposição do lixo doméstico. A maioria dos moradores joga o lixo em uma vala e o queima; outros simplesmente lançam os resíduos sólidos nos quintais, sem qualquer cuidado especial.

Captação e abastecimento de água e energia

A rede hidrográfica do imóvel é composta por 08 mananciais, sendo 05 destes de regime perene e 03 de curso intermitente. Existem ainda 14 represas (barragens) de terra nos córregos que percorrem a área; entretanto, devido à grande dimensão do Projeto de



assentamento, a distribuição dos recursos hídricos não é uniforme, ou seja, existem áreas com grande abundância de águas superficiais contrastando com terrenos com pouca ou nenhuma presença das mesmas.

Conforme levantado anteriormente foram caracterizadas 04 formas abastecimento de água no PA: rodas d'água, utilização de bombas carneiro, perfuração de cisternas e a utilização de água proveniente de poços artesianos. As rodas d'água e carneiros hidráulicos são utilizados, em geral, por moradores que residem próximos aos cursos d'água, embora existam lotes bem distantes dos mesmos abastecidos pelas referidas rodas d'água. No que se refere ao abastecimento de água por meio de perfuração de cisternas, este é realizado de forma individual, ou seja, o assentado possui em seu lote uma cisterna com motor movido a diesel que abastece a caixa d'água residencial e os bebedouros dos animais. Embora a forma individual de abastecimento de água por meio de cisterna seja a mais comum, existem casos de cisternas coletivas que abastecem em geral de 10 a 12 moradias. Geralmente este sistema é adotado por famílias que se encontram próximos à sede, que não possuem motor movido a diesel e tampouco energia elétrica em seus lotes, permanecendo dependentes da energia provenientes das instalações da antiga fazenda para levar água até suas moradias. No entanto, segundo o estudo ambiental essas alternativas são provisórias e deverão ser interrompidas com o funcionamento dos dois poços profundos já perfurados no assentamento. Contudo vale ressaltar que a equipe técnica entende que o funcionamento destes poços sem a implantação do sistema de reservatório e de rede de distribuição não resolverá o problema de abastecimento de água nos lotes localizados nas áreas mais distante do PA 26 de Outubro.

Conforme apresentado no estudo ambiental, a demanda de água para atender as necessidades dos 564 habitantes foi estimada de acordo com dados do estudo ambiental em 56.400 L/dia no período de maior demanda, que adicionados à dessedentação animal (bovinos, suínos, eqüinos, aves e animais de estimação) estimada em 257.250 L/dia totalizam 313.650 L/dia. Foram considerados no calculo os coeficientes de reforço K_1 e K_2 , cujo produto é 1,25. Portanto, a vazão contínua deverá ser de 13.068,75L/h para um tempo de operação de 12 horas; no período de maior demanda este valor dobrará para 26.137,50 L/h, perfeitamente coberta pelos poços já perfurados pela COPASA segundo relata o estudo ambiental.

Saúde

As famílias dos assentados quando necessitam de atendimento médico recorrem ao município de Pompéu, que possui um Hospital e um Centro de Saúde. Nos casos mais graves, os pacientes são encaminhados para Sete Lagoas ou Belo Horizonte.

Entretanto, a situação nem sempre foi assim, no inicio havia uma unidade móvel, sem período certo para visitaçao, estacionava perto da escola, depois este atendimento passou a ser feito por uma médica e um enfermeiro no escritório da área comunitária onde ficam os tanques de resfriamento de leite de quinze em quinze dias. Segundo os entrevistados em ambos os momentos havia fornecimento de remédios gratuitos e atendimento satisfatório. O atendimento preventivo era destinado às mulheres. Estes serviços eram mantidos pela gestão anterior da Prefeitura de Pompéu.

As campanhas realizadas pelo Ministério da Saúde são sempre divulgadas no Projeto de Assentamento através da radio local e de cartazes afixados nas áreas comunitárias, principalmente em locais de maior acesso, normalmente perto dos tanques de resfriamento



de leite, que são diariamente visitados pela maioria dos assentados. Segundo os moradores do PA a Prefeitura de Pompeu disponibilizou atendimento odontológico apenas uma vez.

Segundo relato do estudo ambiental, não foram identificados problemas de saúde decorrentes das condições de vida no assentamento, as maiores queixas relatadas referem-se a doenças associadas à idade como hipertensão, artrite e problemas de visão, conforme relata o estudo ambiental para este projeto.

Infra estrutura

O Assentamento 26 de Outubro é cortado pela MG 420 (estrada que liga Pompéu à BR 040). O PA possui estradas internas não-pavimentadas, que dão acesso a todos os lotes. Há no PA 26 DE OUTUBRO algumas pessoas que possuem automóveis e motocicletas, porém, a maioria das famílias utiliza carroças, bicicletas, ou movimentam-se a pé no interior do PA.

Conforme informações durante a vistoria existem dois tratores para uso comunitário no assentamento, sendo um fora de uso por problemas mecânicos. De maneira geral os assentados pagam por serviços de aração e gradagem prestados por fazendeiros vizinhos. Portanto não há consideráveis manutenções deste tipo de maquinário no assentamento.

Educação

O PA possui uma escola que atende apenas as crianças do próprio PA e que estejam cursando até a quarta série do ensino fundamental, o inclui o 1º, 2º e 3º anos do ciclo de alfabetização e 3º e 4º do ciclo complementar; portanto a escola é multisseriada. Pela manhã funciona o ciclo complementar, com 32 alunos matriculados e a tarde o ciclo de alfabetização, com 39 alunos matriculados. Assim, a escola atualmente atende 71 alunos.

A prefeitura de Pompéu disponibiliza um ônibus que transporta com exclusividade as crianças para a escola, em ambos os períodos de aula. Este ônibus percorre toda a área interna do assentamento; todavia em período de chuva, quando as estradas internas tornam-se cheias de buracos e lama, ele deixa de passar por determinados locais, prejudicando algumas crianças que deixam de ir à escola.

Para diretora da escola os alunos são dedicados, não tem dificuldade de aprendizado e adoram estudar, chegando inclusive a ficarem deprimidos na época das férias. Ainda segundo a diretora os alunos recebem grande incentivo dos pais e da secretaria de educação municipal, que zela pela escola e almeja construir uma boa biblioteca no local.

A escola realmente funciona como uma escola rural e conta com campanhas de vacinação e escovação. A escola possui energia elétrica, merenda escolar gratuita e satisfatória, livros didáticos em numero suficiente - chegando a ter um dicionário para cada aluno, televisão, mimeógrafo, DVD, dentre outros materiais. O corpo de funcionários é composto pela diretoria, 05 professores (sendo 02 delas do próprio assentamento) formadas em Pompéu, 02 serventes e um motorista de ônibus.

Embora só exista escola até a 4ª série no PA, as crianças não abandonam os estudos porque a prefeitura disponibiliza outro ônibus, que é responsável exclusivamente por levar os alunos do assentamento até as escolas em Pompéu, no geral todos estudam até o 3º ano do ensino médio.



Os assentados têm ainda a possibilidade de freqüentar cursos gratuitos, com carga horária média de 40 horas, que funciona em Pompéu ou no próprio assentamento (à noite na escola). Dentre os cursos oferecidos podem ser citados: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO NA BOVINOCULTURA DE LEITE; OLERICULTURA BÁSICA; ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADES EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR; CURSO DE FORMAÇÃO, MANEJO E RECUPERALÇÃO DE PASTAGENS; INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL; DERIVADOS DE LEITE; DEFUMADOS E EMBUTIDOS. Dentre outros. Estes cursos são patrocinados basicamente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicato dos Produtores Rurais, com o apoio do SANAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Melhoria das condições de vida dos assentados no que se refere aos aspectos pessoais de acesso ao consumo

Os professores relatam que é nítida a melhoria na situação financeira dos assentados, isto porque antes os alunos iam para a escola descalços e levavam seus materiais em saco de arroz. Hoje, em contrapartida, têm calçados, roupas melhores, mochilas etc.

Organização social e econômica

O Projeto de assentamento possui três associações: a 26 de Outubro, a ASTRAP (Associação dos Produtores Rurais de alimentos e leite da Fazenda Olhos D'água) e a G7; além disso, possui também uma cooperativa, a COOPERDESO (Cooperativa do desenvolvimento solidário). As associações (que foram descritas no tópico: *descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção*) se desenvolve para organizar a produção das famílias, isto é, basicamente, receber o leite e repassá-lo para os laticínios, no caso Cotochés e Itambé.

Aspectos Culturais

Uma grande insatisfação pode se perceber a partir das entrevistas feitas não assentamentos relacionadas à questão da cultura e lazer conforme relata o estudo ambiental a seguir.

O PA 26 de Outubro não possui nenhuma opção de lazer. Não há bares, nem tradição festiva; apenas esporadicamente são feitas algumas festas como a junina, por exemplo, realizada no antigo paiol da área comunitária, onde se localiza o maior curral da antiga fazenda Olhos D'água. Lá também são celebradas as missas normalmente de 15 em 15 dias, por um padre de Pompéu.

O PA conta com um time de futebol masculino que joga em campeonatos nas cidades vizinhas, o que é a única relação que tem com o esporte.

2.5 Uso de agrotóxicos e fertilizantes

Nem no DAA e no PFA, nem após solicitações de informações complementares, foram descritas informações básicas sobre uso dos agrotóxicos pelos assentados. O INCRA informou que com a recente celebração de convênio EMATER, obterá, em breve, esses dados. O INCRA informa, ainda, que a responsabilidade é do ATES para a orientação dos assentados na utilização dos agrotóxicos.



Em vistoria, foi informada utilização de agrotóxicos, com destaque para o uso de herbicidas. Não há local para armazenamento destes produtos, nem para suas embalagens vazias, que são queimadas ou jogadas em lixo comum.

3. EMISSÃO DE RESÍDUOS E EFLUENTES GERADOS E DESTINAÇÃO FINAL

3.1 Resíduos sólidos

Na bovinocultura, pelo tipo de alimentação, baseada em pastagens, os dejetos dos animais são incorporados naturalmente no solo ou acumulados perto de bebedouro e currais de ordenha. Esses acúmulos muitas vezes são utilizados como adubo em hortas, capineiras e canaviais. Outros resíduos orgânicos gerados nos cultivos agrícolas e criações animais são incorporados/reciclados aleatoriamente no ambiente.

As embalagens vazias de agrotóxicos, bem como de medicamentos veterinários são queimadas ou jogadas em lixo comum.

Para o lixo doméstico, não existe um sistema regular de coleta nem local específico de disposição. Os resíduos inorgânicos são enterrados ou queimados nas áreas próximas às residências e os resíduos orgânicos são utilizados na complementação da alimentação animal ou dispostos sobre o solo, junto aos troncos de árvores para decomposição e mineralização.

De maneira geral, carcaças de bovinos e eqüinos ficam dispostos no ambiente ou são jogados em buracos ou queimados.

3.2 Efluentes líquidos

Não há sistemas de tratamento para os efluentes sanitários, os quais são lançados em fossas negras ou diretamente sobre o solo ou em cursos d'água. Existem situações que o assentado não possui instalação sanitária e faz suas necessidades fisiológicas "no mato".

3.3 Emissões atmosféricas e sonoras

Não ocorrem significativas emissões atmosféricas e sonoras.

4. IMPACTOS POTENCIAIS E/OU IDENTIFICADOS E MEDIDAS MITIGADORAS OU COMPENSATÓRIAS

4.1 Impactos sobre Reserva Legal e APP's

Reserva legal (RL)

Apesar das grandes alterações ambientais ocorridas antes da desapropriação, o INCRA e os assentados são os atuais responsáveis pelo passivo ambiental e responsáveis pela recuperação e manutenção dessas áreas de preservação ambiental.

Nessas áreas há relatos no DAA de retirada de madeira, extração de minhocuçus e a prática de caça por algumas pessoas.

De acordo com o DAA e o PFA, existia invasão com acampamento em uma das pontas da RL3. Porém, na época da vistoria, esses locais não sofriam mais esta invasão. Segundo informações locais, a polícia contribuiu para essa correção.



Na RL1, durante vistoria, verificaram-se bovinos em pastejo, nas partes que existem braquiária.

Torna-se necessário o cercamento das áreas de Reserva Legal (onde ainda não existe) ou concertos das cercas estouradas e instalação de placas educativas (p.ex: objetivo, proibição e penalidades), associado com educação ambiental.

Áreas de Preservação Permanente (APP)

Algumas destas áreas estão sendo invadidas por gado ou cultivos agrícolas e deverão ser cercadas, impedindo a entrada desses animais. Os cultivos devem ser replanejados para outros locais, de acordo com Decreto Estadual 43.710/2004.

Nas vistorias observamos algumas áreas recém cercadas, protegendo às APPs. Pelas informações locais, funcionários do Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Pompeu estão fazendo trabalho de fomento para proteção dessas áreas.

4.2 Impactos sobre a fauna e a flora

Fauna

No PA 26 de outubro, as áreas de reserva legal são coletivas, o que desobriga as famílias assentadas a manterem esse tipo de área protegida em seus lotes. Uma vez que a maior parte da biodiversidade local encontra-se abrigada nessas áreas, juntamente com as APPs, destaca-se a necessidade de proteção das mesmas perante as seguintes ameaças listadas no DAA:

- presença de criação doméstica (gado e eqüinos);
- má delimitação;
- extração de minhocuçus para venda;
- caça, captura e pesca ilegal de animais silvestres.

Como medida à utilização imprópria da reserva legal, o DAA propõe o seu cercamento e a realização de campanhas de educação ambiental com os assentados. Ressalta-se a necessidade de se adotarem as mesmas medidas nas APPs.

Em relação às pressões e impactos na fauna decorrentes da utilização das Reservas Legais e APPs, o DAA propõe proteção e fiscalização intensas. No entanto, o documento não informa quem será o responsável por realizar as fiscalizações, nem apresenta um programa de monitoramento e fiscalização dessas áreas. Sendo assim, será objeto de condicionante a apresentação de um programa de monitoramento e fiscalização dessas mesmas áreas, por conta do empreendedor.

Quanto às questões relacionadas à caça e à exploração predatória, o DAA aponta a falta de fiscalização e a presença de caçadores na área como as causas do problema. As medidas previstas para mitigação do impacto envolvem; 1) fiscalização rigorosa em toda a área do PA 26 DE OUTUBRO e entorno, principalmente nas áreas de reserva legal, veredas e matas ciliares; 2) garantia de assessoria técnica para planejar a criação intensiva dos animais domésticos, evitando que estes fiquem sujeitos à predação por animais silvestres; 3) elaboração, e execução de programas de educação ambiental que conscientizem a população do PA 26 DE OUTUBRO e do entorno sobre a importância do uso sustentável dos recursos naturais e que estimulem a diminuição da caça e a recuperação de áreas degradadas. Novamente, o empreendedor aponta soluções, mas



não informa quem será o responsável por realizar as fiscalizações, nem apresenta um programa relacionado ao assunto. Sendo assim, a condicionante apontada acima será, também, utilizada para resolução dessa questão.

Finalmente, para se mitigar a captura de animais para criação em cativeiro, principalmente aves silvestres, o DAA indica a elaboração e execução de programas de educação ambiental, de forma a conscientizar a população dos danos e sofrimento causados aos animais mantidos em cativeiro, bem como torná-la ciente das sanções legais a que estão sujeitos aqueles que aprisionam e comercializam animais silvestres, além de abordagens acerca das zoonoses relacionadas a esses animais. Complementarmente, será condicionada a regularização, perante o órgão responsável, de todos os elementos da fauna silvestre mantidos em cativeiro pelos assentados.

4.3 Impactos sobre o solo e corpos d'água

Nas áreas de pastagens e culturas os solos estão propícios às erosões, escorrimentos superficiais com carreamento de sólidos, fertilizantes e agrotóxicos para os cursos d'águas, assoreamento, etc. Afim de minimizar e prevenir esses tipos de impactos, é necessária adequação do manejo, com controle das taxas de lotação animal – contra superpastejos, cuidados para evitar solos descobertos (principalmente entre cultivos), construção e manutenção de terraços e bolsões de contenção d'água onde faz-se necessário, adubações para manutenção da fertilidade do solo, plantio em nível, utilização de variedades adequadas, etc. A assistência técnica deve ser fomentada aos assentados.

No PFA existe proposta para implantação, recuperação e manutenção de pastagens e correção e adubação do solo.

As barragens existentes geram interrupção do fluxo d'água, podem alterar bruscamente a vazão do corpo d'água, ocasionam modificações no ecossistema aquático e terrestre e podem causar alterações físicas, químicas e biológicas da água. Como as barragens nesse empreendimento já estão construídas, faz-se necessária manutenção periódica nos aterros dos barramentos, com implantação e preservação da cobertura vegetal em seu entorno, bem como manutenção do volume de descarga de fundo e outros cuidados que previnam impactos que possam comprometer a quantidade e qualidade dos cursos d'águas.

As estradas internas não são pavimentadas e podem sofrer enxurradas com escorrimentos superficiais de sólidos e poluentes e erosões. Tornam-se necessários o monitoramento, manutenção e adoção de técnicas, tais como sistema de drenagem e bacias de contenção e infiltração de água, onde se faz necessário, afim de evitar esses impactos negativos. Principalmente na época das chuvas há locais que se tornam intrafegáveis. Nas Em vistorias, que incidiu com o fim da época das chuvas, foi verificado alguns pontos da estrada com fortes erosões e desbarrancamentos. Conforme DAA, anualmente tem havido a manutenção das estradas internas pela prefeitura de Pompeu. Já pelo PFA serão tomadas medidas e adotadas práticas para minimizar esses impactos.

Os efluentes líquidos dos esgotos sanitários não estão sendo tratados corretamente e estão propícios a causar poluição dos solos e das águas, bem como gerar proliferação de vetores de doenças. No PFA está programada a construção de fossas sépticas, sendo que a implementação das ações caberá aos assentados e à sua associação, que buscará o financiamento das obras junto ao INCRA, com apoio da Prefeitura Municipal e de suas Secretarias de Saúde e Meio Ambiente. Essas obras não foram iniciadas, sendo que



estavam programadas para 2006. Pela resposta ao Ofício de Informações Complementares, está sendo estudada possibilidade de um convênio entre o INCRA e a FUNASA visando solucionar a questão das fossas sépticas. Faz-se necessária construção de fossas sépticas, de acordo com NBR 7.229 (ABNT).

Da maneira que os resíduos sólidos domésticos, inclusive de medicamentos veterinários, estão sendo destinados, podem causar impactos ambientais negativos ao solo e aos recursos hídricos. É necessária separação desses resíduos, através de “coleta seletiva” e destinação correta para reciclagem, compostagem ou aterro sanitário do município, de acordo com características intrínsecas. Devão ser instalados, estrategicamente, locais para triagem e armazenamento temporário dos produtos que deve ser destinados para fora do assentamento. No PFA e nas respostas às informações complementares estão sugeridos programas de educação ambiental, inclusive com foco na adoção da coleta seletiva do lixo.

4.5 Impactos específicos pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes

Pelo uso de agrotóxicos, esse empreendimento está passível de: contaminação dos solos e dos cursos d’água, impactos negativos sobre a fauna e a flora da região e efeitos prejudiciais à saúde das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com esse sistema de produção. Esses impactos serão minimizados significativamente, quando forem adequados locais para estocagem desses produtos e suas embalagens vazias e desde que respeitado uso de acordo com registro do produto no Ministério da Agricultura, a classe tóxica, as limitações de uso, tipo de formulação, o intervalo de segurança, etc.

Os fertilizantes utilizados podem alterar drasticamente as condições químicas e biológicas do solo e, quando transportados via escoamento superficial ou subterrâneo, podem causar impactos nos recursos hídricos. As práticas de conservação de solo, associadas ao uso racional de fertilizantes, minimizam esses impactos e, portanto, devem ser adotadas.

Esses produtos somente podem ser utilizados quando recomendados por profissional habilitado. Mais uma vez destaca-se a importância da assistência técnica.

4.6 Impactos ambientais decorrentes da organização territorial

De acordo com o estudo ambiental, não foram encontrados problemas ambientais decorrentes da forma com foi delineado o programa de organização territorial do assentamento, isto é, a demarcação dos lotes familiares das áreas familiares comunitárias e de reserva legal. No delineamento dos lotes familiares destinados à população agrícola foram escolhidas as áreas com maior aptidão para esta finalidade e já antropizadas pelo antigo proprietário do imóvel.

4.7 Impactos ambientais decorrentes da construção de infra-estrutura

A maioria das estradas existentes no PA 26 de Outubro está construída em terreno de pequena e média declividade, mas existem alguns trechos que cortam as ravinas mais profundas em que a declividade é elevada. Nestes trechos há escoamento de volumes expressivos de água oriundos de escoamento superficial do próprio leito da estrada, das áreas vizinhas e dos taludes, causando grandes enxurradas que abrem sulcos de erosão sobre o leito e lançam sedimentos nas ravinas.



Medida corretiva a ser adotada proposta pelo INCRA: Implantar um sistema de drenagem da estrada, com sulcos, sangrias e bacias de infiltração onde a água, oriunda do escoamento da estrada e de áreas vizinhas, seria direcionadas para fora da faixa de domínio de estrada e destinadas às bacias de Infiltração.

4.8 Impactos ambientais decorrentes da moradia e saneamento

No assentamento não há sistema de tratamento de esgoto e em todos os lotes o mesmo é disposto em fossas negras. Esta condição é propícia à proliferação de insetos e de doenças de veiculação hídrica, além da contaminação dos mananciais superficiais e subterrâneos.

O PA como já foi dito anteriormente também não possui nenhuma forma de coleta de lixo. Os resíduos inorgânicos são enterrados ou queimados nas áreas próximas e os resíduos orgânicos são utilizados na complementação da alimentação animal ou dispostos sobre o solo, junto ao troncos de arvores para decomposição e mineralização.

Ações preventivas propostas pelo INCRA: construção de tanques sépticos, sumidouros e rede de esgoto e eliminação do despejo do esgoto doméstico em poço negro. A utilização de poço negro, substituindo o tanque séptico, não é recomendada do ponto de vista sanitário (o material do poço negro pode contaminar o lençol freático).

Medida compensatória socioambiental proposta pelo INCRA: para este tema o INCRA propõe um Programa de Informação e Educação Ambiental (PEA) com ênfase na questão do lixo direcionado a comunidade local. O PEA devesse também abordar temas referentes a atividades produtivas relacionadas à preservação e conservação dos recursos naturais local; recuperação de áreas degradadas dentre outros.

5. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de requerimento de **Licença de Operação Corretiva**, cuja atividade é a regularização do Projeto de Assentamento 26 de Outubro, localizado em Pompeu/MG.

O processo encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com Deliberação Normativa nº 74/04 e a Resolução Conama nº 237/97.

A análise técnica informa tratar-se de um empreendimento classe 03, concluindo pela concessão da licença, com prazo de validade de 06(seis) anos, com as condicionantes relacionadas no Anexo I.

Informa-se que foi requisitado ao INCRA informações atualizadas, em 12/03/09, a respeito dos seguintes itens: licitação para a elaboração do projeto executivo da rede de distribuição de água, implantação das fossas sépticas, requerimento de outorga e cadastro de uso insignificante e convênio firmado com a EMATER. Entretanto, não obtivemos até o momento, resposta para tais questionamentos. Diante disso, foram incluídas condicionantes que visam à viabilidade e adequação ambiental progressivas do empreendimento em questão.



Ressalte-se que as licenças ambientais em apreço não dispensam nem substituem a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, devendo tal observação constar do(s) certificado(s) de licenciamento ambiental a ser(em) emitido(s).

Insta salientar que em caso de descumprimento das condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação, ampliação realizada sem comunicar ao órgão licenciador, torna o empreendimento passível de autuação.

6. CONCLUSÃO

Este parecer é uma expressão sobre as análises das informações, principalmente relativas às questões sociais e ambientais, obtidas nos estudos apresentados e informações complementares, bem como das percepções nas vistorias.

O assentamento possui 2 poços tubulares outorgados, porém sem reservatórios e rede de distribuição implantada. Alguns poucos moradores mais próximos dos poços os utilizam. Os demais fazem captações em cisternas, carneiros hidráulicos, rodas d'água e derivações de canal. Estes usos **não estão regularizados**, seja via outorga, cadastro de uso insignificante ou o prévio registro na Campanha de Regularização de Uso de Recursos Hídricos.

É sabido que a regularização do uso de recursos hídricos é fundamental para obtenção de licenças ambientais. Contudo, trata-se de licença de operação corretiva – LOC de um empreendimento de cunho social e que envolve 141 famílias que já estão assentadas e vivendo em condições precárias. Por isso, a equipe de analistas da SUPRAM Central propõe como condicionantes a regularização do uso de recursos hídricos, assim como a implantação da rede de distribuição de água e do sistema de coleta de esgotos.



ANEXO I

Processo nº90028/2007/001/2007		Classe/Porte: 3	Validade da licença: 6 anos
Empreendimento: Projeto de Assentamento Vinte e Seis de Outubro			
Empreendedor: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA			
Atividade: Agrossilvipastorial			
Endereço: Rodovia MG 420 (entre Pompéu e a Rodovia BR 040)			
Localização: Coordenadas UTM SAD 69 23k x:522.000 y:7.880.000			
Município: Pompéu			
Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA			
ITEM	Descrição		Prazo
01	Apresentar Programa de Informação e Educação Ambiental – PEA (Proposto pró ativamente pelo INCRA), com ênfase na questão do lixo direcionado a comunidade local. O PEA deverá também abordar temas referentes a atividades produtivas relacionadas à preservação e conservação dos recursos naturais local; recuperação de áreas degradadas dentre outros.		90 dias
02	Apresentar programa de monitoramento e fiscalização para as Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Este deverá ser desenvolvido continuamente.		90 dias
03	Formalizar processos para regularização de uso de recurso hídrico de todas as intervenções existentes no empreendimento (outorga e/ou cadastro de uso insignificante), junto ao IGAM ou implantar sistema de reservatórios e rede de distribuição de água, para atender todos os lotes do assentamento, conforme detalhado na pagina 101 do processo (paginas 89 e 90 do projeto final do assentamento).		6 meses
04	Limitar as áreas de pastagens e demais cultivos agrícolas para fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Cercar e/ou concertar as cercas estouradas dessas áreas contra entrada de bovinos/ eqüinos e instalar, nas cercas, placas educativas (p.ex: objetivo, proibição e penalidades). Providenciar o início da revegetação desses locais com espécies nativas, ou de outras formas, de acordo com parágrafo 2º do artigo 16 do Decreto Estadual 43.710 de 2004.		6 meses
05	Implantar sistema de coleta e separação de resíduos sólidos (lixo) e local para triagem e armazenamento temporário desses materiais, com piso impermeável com dreno para coleta do chorume.		6 meses
06	Instalar local para armazenamento temporário de embalagens vazias de agrotóxicos, de acordo com legislação vigente.		6 meses
07	Regularizar, perante o órgão responsável, todos os elementos da fauna silvestre mantidos em cativeiro pelos assentados.		6 meses
08	Adequar a destinação de todos os pontos de lançamento de efluentes sanitários, com sistemas de fossa séptica, devidamente dimensionadas pelo número de usuários, de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 7229/93.		1 ano
09	Adequar sistema para drenagem de água das chuvas nas estradas, conforme Projeto Final de Assentamento - PFA.		1 ano
10	Apresentar relatório de comprovação da execução das medidas /		1 ano



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Central Metropolitana - SUPRAM CM

	condicionantes, inclusive com relatório fotográfico.	
11	Monitorar e providenciar que as áreas de preservação permanente, em estágio de revegetação (condicionante 4) apresentem sucesso no desenvolvimento sucessional e enviar relatório com fotos, anualmente, para este órgão ambiental.	Vigência da Licença
12	Seguir as recomendações constantes do Parecer Técnico, DAA e PFA.	Vigência da Licença
13	Somente utilizar agrotóxicos em conformidade com as legislações e normas vigentes.	Vigência da Licença
14	Destinar lixo para reciclagem, aterro sanitário, ou compostagem, de acordo com suas características intrínsecas.	Vigência da Licença
15	Realizar monitoramento e manutenção das cercas que protegem as Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, estradas internas, terraços, fossas sépticas e sistemas hidráulicos.	Vigência da Licença
16	Manter atualizada as vacinações dos rebanhos contra o vírus da raiva e, caso seja detectado algum foco, comunicar ao Instituto Mineiro de Agropecuária.	Vigência da Licença